



**ABOLISH
NEOLIBERALISM
RESIST IMPERIALISM**

3

Cooperação e conflito imperialistas: Um debate teórico secular

Caio Bugiato¹ e Tatiana Berringer²

Resumo // Esse texto apresenta o eixo central das teorias marxistas do imperialismo em três debates sucessivos: Kautsky e Lenin à época da I Guerra Mundial; Magdoff e Polantzas após a II Guerra Mundial; e Panitch/Gindin e Callinicos no início do século XXI.

Palavras-chave // Imperialismo; Marxismo; Teoria.

1 Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da UFRRJ. Coordenador da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo.

2 Professora de Relações Internacionais da UFABC. Coordenadora da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo

Introdução

Neste texto apresentamos resumidamente o debate no interior do Marxismo sobre a teoria do imperialismo, que surge à época da I Guerra Mundial, perpassa todo o século XX e se mostra igualmente relevante no século XXI. Começamos com a divergência entre Karl Kautsky e Vladimir Lenin acerca da aliança/cooperação ultraimperialista ou dos conflitos interimperialistas a suas consequências para as relações internacionais. Entendemos que esse embate é o eixo central e fio condutor, revigorado e renovado nos embates posteriores: entre Harry Magdoff e Nicos Poulantzas após a II Guerra Mundial; e entre Leo Panitch/Sam Gindin e Alex Callinicos na atualidade. Nosso objetivo é apresentar três momentos deste confronto de ideias, com os autores mencionados (e essa escolha implica em deixar importantes autores/as de lado), os quais se situam nas tentativas de revisitar o debate inicial. Tais momentos são: o momento fundacional; o momento pós II Guerra Mundial; e o momento do início do século XXI.

1. O debate fundacional: Kautsky x Lenin

A tensão mundial do início do século XX oriunda da competição entre as potências capitalistas é objeto de teorização por pensadores marxistas da II Internacional, como Kautsky e Lenin. Kautsky (2002) identifica o imperialismo como uma forma da política externa dos Estados industrializados que sofrem com a insuficiência da agricultura para abastecer a indústria. Tais Estados tendem a ocupar e subordinar territórios agrários no exterior, o que suscita rivalidade entre eles. Daí resulta uma corrida armamentista e a guerra mundial. Entretanto, do ponto de vista dos capitalistas, a corrida armamentista e a guerra mundial podem deixar de ser de seu interesse (exceto para aqueles que lucram com guerra, como a indústria bélica), visto que seus custos passam a onerar a economia capitalista. Segundo o autor alemão, os capitalistas tendem a descartar a guerra como instrumento de competição. Pois 1) a grande necessidade que os Estados adquirem, para a corrida armamentista, do mercado monetário resulta no aumento das taxas de juros, o que compromete a própria produção industrial: ao se deparar com juros altos, o investimento na indústria se torna caro. “O imperialismo cava seu próprio túmulo e, de instrumento de desenvolvimento do capitalismo, torna-se um obstáculo” (Kautsky, 2002, p.461). 2) Surgem oposições contra a política imperialista

em regiões agrária desenvolvidas (Estados) que ameaça o funcionamento do imperialismo. 3) Surge uma resistência do proletariado nos países industrializados contra o aumento dos impostos, devido ao aumento dos custos das empreitadas imperialistas no exterior. 4) A guerra destrói capital (instalações, máquinas, equipamentos). E 5) a burguesia teme o estalo da revolução com a guerra. A economia capitalista fica ameaçada pelo conflito entre seus Estados. “Todos os capitalistas com visão de longo prazo devem hoje gritar a seus companheiros: capitalistas de todo mundo, uni-vos” (Kautsky, 2002, p. 460).

Como o imperialismo é um meio de expansão do capitalismo, uma tendência, uma forma de política externa, ele pode ser modificado. Assim como a concorrência no mercado nacional gera o monopólio, o mesmo ocorre nas relações do mercado internacional, isto é, pode ocorrer a associação das grandes potências imperialistas como resultado a formação de monopólios internacionais, pondo fim à corrida armamentista. O drama da guerra permite aos capitalistas enxergarem maiores possibilidades de obtenção de mais-valia a partir de uma fase que evite o confronto bélico. É possível então transformar a política do imperialismo em uma política de aliança entre os imperialistas, a fase do ultra-imperialismo. O ultra-imperialismo é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista (por não haver mais nesses conflitos sentido para o capital) e se reúnem numa federação. Esta federação é definida como um cartelização da política externa caracterizada por uma aliança dos imperialistas, com objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação da burguesia. O ultra-imperialismo não é uma trégua, da qual resultaria a paz. A trégua seria usada por cada Estado para acumular armamentos novos e reabrir as feridas da guerra (revanchismo), tornando inevitável uma segunda guerra mundial. Por isso é decisivo o decurso da guerra – que pode levar à destruição total – e a saída da guerra (acordos de paz), pois estes determinarão se o ódio se exaspera entre os Estado e se retomam a corrida armamentista ou se constroem as bases do ultra-imperialismo, uma fase de paz entre as potências capitalista.

De maneira distinta, Lenin define o imperialismo como um fenômeno do desenvolvimento capitalista (capitalismo monopolista), cujos traços fundamentais são os seguintes: A) forte tendência à centralização da produção em trustes e em cartéis, que resultam em grandes monopólios, desempenhando um papel decisivo na vida econômica; B) a fusão do capital bancário e do capital industrial, que cria o capital financeiro, e baseado nele surge uma poderosa oligarquia (burguesia) financeira; C) a exportação de capitais adquire uma importância decisiva,

diferentemente da exportação de mercadorias; D) as grandes potências capitalistas partilham o mundo entre si, criando esferas de influência e ocupando territórios; E) para efetivação da divisão territorial do mundo, é travada uma luta intensa entre as grandes potências, uma luta intercapitalista. O que não exclui novas partilhas (Lenin, 2005).

A partilha do mundo envolve uma política militar de um Estado no plano internacional, que tem como adversários outras potências capitalistas (esse é o foco da teoria do imperialismo, o confronto entre grandes potências capitalistas). Os capitalistas não partilham o mundo levados por perversidade, mas segundo o capital, pelo grau de concentração a que se chegou e os novos mercados que esta demanda, e segundo a força, a capacidade militar de cada Estado, que varia de acordo com o desenvolvimento econômico e político das formações sociais. Se no centro do sistema internacional ocorre a tensão entre os Estados capitalistas, na periferia a oligarquia financeira estende sua rede de dependência financeira e diplomática sobre as colônias e semicolônias (Estados formalmente independentes, mas economicamente dependentes e politicamente subordinados aos Estados centrais).

Em suma, para Lenin (2005) a exportação de capitais que caracteriza o imperialismo ocorre num contexto mundial em que as classes dominantes estão divididas em formações sociais nacionais, cujo poder é representado pela força do seu respectivo Estado nacional. A exportação de capitais envolve a mediação dos Estados e coloca suas classes dominantes em confronto potencial. Sua conclusão é que a acumulação na fase do capitalismo monopolista origina uma tendência aos conflitos intercapitalistas. Ou seja, o imperialismo leva à guerra e essa dinâmica é perene nas relações internacionais do capitalismo, não havendo espaço para o que Kautsky chama de ultra-imperialismo.

2. O debate pós-II Guerra Mundial: Magdoff x Poulantzas

A supremacia estadunidense conquistada no Ocidente após a II Guerra Mundial incitou um embate similar ao anterior, mas em outro contexto mundial. Por um lado, Magdoff (1972 e 1979), indica que a política externa de Washington, expansionista e agressiva, tem por objetivo, direta ou indiretamente, controlar a maior extensão possível do planeta e manter a maior parte possível do globo aberta

ao comércio e aos investimentos das grandes empresas estadunidenses. Abrir e manter a “porta aberta” requer vigilância constante, força e persistência para controlar e influenciar a política e a economia dos Estados, de modo assegurar a reprodução do capital, além de promover contrarrevoluções. A rede imperialista é, portanto, operacionalizada por um grupo de empresas gigantes dos EUA, que dominam uma vasta parte dos mercados mundiais – porém têm suas atividades majoritariamente destinadas a Europa e ao Canadá. Somada à posição dominante do comércio e de seus monopólios industriais, Washington conta com a imposição do dólar como meio internacional de pagamento, de crédito e de reservas e uma rede bancária largamente internacionalizada, associada a expansão do comércio e da indústria.

Uma vez que o colonialismo se tornou impraticável, os EUA põem em funcionamento outras práticas – tradicionais, novas e não tão novas – de exploração e dominação, que podem variar desde ocupação militar até técnicas sutis de influência, a depender das circunstâncias e das ações dos dirigentes políticos e de militares. Referenciando-se em Rosa Luxemburgo, segundo a qual o imperialismo implica necessariamente o uso da força militar e esta fornece a retaguarda para a reprodução do capital, Magdoff (1979) constata que o desenvolvimento em geral de tecnologias, logísticas e táticas militares – instalação de bases militares no exterior, intervenções e ocupações militares, etc. – na política externa dos Estados Unidos é base do controle e da influência deste Estado na rede imperialista. No âmbito econômico e político ideológico, o autor cita a constituição de acordos comerciais preferenciais, de blocos econômicos e do sistema de organizações internacionais (Organização da Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial) em que a diplomacia dos EUA exerce papel dirigente nos rumos da economia e da política no capitalismo mundial. Além disso, os Estados Unidos passaram a utilizar amplamente em política externa o que Magdoff (1972) denomina auxílio ao estrangeiro, um procedimento de cooperação internacional que consiste em conceder donativos, empréstimos, consultorias, treinamentos, etc., a países com a finalidade geral de manter a “porta aberta”, manter governos aliados no poder e evitar revoltas, revoluções e o auxílio soviético. O que significa: pôr em prática programas políticos e militares dos EUA, por meio de financiamento de campanhas eleitorais, golpes de Estado, assistência militar e treinamento de quadros das forças armadas locais; livre acesso ao mercado interno; condições jurídicas para o capital estrangeiro poder atuar, como evitar sua expropriação, sua discriminação e a interferência na propriedade

e na gerência; e tornar os beneficiários dependentes do mercado dos EUA, com empréstimos e dívidas que perpetuam a sujeição aos auxílios. Por vezes tal “cooperação” é realizada sob auspícios de organizações internacionais, assim as imposições dos EUA parecem mais sutis. Acima dessas práticas, pairam as operações da CIA (*Central Intelligence Agency*).

O poder estadunidense sobre o sistema imperialista é para o autor incontestável. Ainda que indique de passagem (Magdoff, 1972, p.127-128), ao discorrer sobre a configuração do capitalismo mundial, que o capitalismo estadunidense admite a concorrência (econômica) de capitais de outros centros (Europa), mas não a contestação da sua supremacia (política e militar). Para ele, no sistema existe uma força centrípeta que amarra os países centrais aos EUA, uma força centrífuga impulsionada pela concorrência de outras metrópoles capitalistas à medida que detectam pontos fracos nas operações estadunidenses e uma coesão vertical mediante a qual cada centro imperialista se empenha em consolidar os laços de dependência com sua esfera de influência, exercendo como um todo práticas de dominação e exploração na periferia. Não obstante, com novas e velhas práticas os Estados Unidos exercem a supremacia econômica, política e militar nas relações internacionais, como uma espécie de superimperialismo ou império estadunidense.

Por outro lado, alegando que a perspectiva de Magdoff é a versão atualizada do ultra-imperialismo de Kautsky, Poulantzas concentra sua análise no fracionamento da classe dominante em relação ao capital estrangeiro, sem negar a supremacia dos EUA. Para ele, o imperialismo é uma cadeia, e, portanto, existe uma nova linha de demarcação no campo entre as metrópoles imperialistas. Os EUA de um lado e de outro as outras metrópoles, em particular a Europa, estabelecem uma relação em que o capital monopolista estadunidense exerce dominação no interior dessas metrópoles. É essa reprodução induzida e interiorizada do capital estrangeiro, originário dos EUA, dentro dos países europeus que caracteriza a fase atual (pós-II Guerra Mundial) e que implica igualmente a reprodução estendida dentro deles do desenvolvimento do imperialismo estadunidense.

A ingerência de capital advindo do exterior para uma formação social nacional tem o objetivo de aumentar da taxa de exploração de modo a neutralizar a tendência para uma queda na taxa de lucro. Ademais, tal ingerência não significa alguma forma de associação, mas, sim, é uma relação de força. Uma relação de força entre as diferentes frações da classe dominante dos Estados capitalistas centrais. Essa é a mudança estrutural para Poulantzas: o surgimento de um novo

fracionamento da burguesia diante das relações internacionais que não consiste mais na velha dicotomia burguesia estrangeira versus burguesia nacional.

Sendo assim, Poulantzas identifica (1976 e 1978) que nas relações entre os Estados centrais um novo tipo de fracionamento da classe dominante se forma: a burguesia compradora (associada), que é correia de transmissão dos interesses do capital estrangeiro no interior de uma formação social; a burguesia nacional, com base de acumulação nacional e autonomia político-ideológica em relação ao capital estrangeiro, capaz de conduzir um desenvolvimento capitalista nacional autônomo; e a burguesia interna; que possui bases de acumulação nacional, mas mantém relações de dependência com o capital estrangeiro, econômica (financiamento e tecnologia), política e ideologicamente. É precisamente levando em conta as formas de conexão das alianças existentes, e as contradições, entre as frações burguesas nos países centrais que é possível colocar a questão dos Estados nacionais. A atual internacionalização do capital não suprime nem abrevia os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais “sobre” os Estados, com todos os processos de internacionalização trabalhando sob o domínio de um país determinado, nem no sentido de sua extinção dos Estados nacionais para o super-Estado americano, como se o capital estadunidense pura e simplesmente engolissem as outras burguesias imperialistas. Os próprios Estados assumem a responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido dentro da formação nacional em sua complexa interiorização. A forma atualmente dominante de contradição interimperialista não é aquela entre o capital internacional e o capital nacional, nem entre as burguesias imperialistas entendidas como entidades justapostas. Em outras palavras, as contradições do capital autóctone são, por mediações complexas, extrapoladas em termos de capital estadunidense que estabelece conflitos ou alianças com as frações da classe dominante. Em seu papel de promotor da hegemonia no bloco no poder, portanto, o Estado nacional intervém em um campo interior já atravessado por contradições interimperialistas e onde as contradições entre as frações dominantes dentro de sua formação social já são internacionalizadas. Assim, as intervenções do Estado em favor de certos grandes monopólios estrangeiros e contra outros, em favor de grandes monopólios nacionais ou até setores médios do capital e contra outros, são expressões da luta de classes no interior das burguesias dos Estados centrais do capitalismo. De fato, se as burguesias europeias não cooperam ou não se isolam diante do capital americano, é devido aos efeitos tendenciais sobre elas da nova estrutura de dependência em relação ao capital estadunidense. Essa nova

relação, portanto, funciona por meio da interiorização do capital do EUA e a luta em torno dele para combatê-lo ou se aliar a ele. De acordo com Poulantzas (1978), não é o surgimento de um novo Estado sobre os países europeus que testemunhamos na segunda metade do século XX, mas sim fracionamentos na classe dominante subjacente aos Estados nacionais existentes. Ou seja, o fenômeno do imperialismo, os conflitos e as alianças entre as potências capitalistas e a supremacia mundial do Estado e do capital dos EUA estão ligadas a tais fracionamentos e às lutas das frações burguesas em âmbito nacional e internacional.

3. O debate contemporâneo: Panitch e Gindin x Callinicos

A derrota da União Soviética e a consequente supremacia mundial dos Estados Unidos levou teóricos marxistas a debater o que seria o imperialismo contemporâneo, agora em um contexto de globalização neoliberal. Entre eles Panitch e Gindin, o quais contrariam a perspectiva de Lenin sobre a perene rivalidade interimperialista nas relações internacionais do capitalismo, argumentando que teóricos pioneiros teriam elevado o momento conjuntural da I Guerra Mundial à uma dinâmica imutável da ordem capitalista global. Os autores atribuem ao Estado capitalista, relativamente autônomo, o papel de pavimentar o caminho para a expansão de seu capital para o exterior, monitorando e administrando essa expansão e garantindo as condições de acumulação do capital (Panitch e Gindin, 2004). O Estado estadunidense começou a construir relações entre os principais países capitalista, sobretudo na Europa após a II Guerra Mundial para formar o que eles chamam de império informal americano, o qual é caracterizado em geral pela capacidade de o Estado estadunidense penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas, de modo que estes façam uma adesão não forçada à dinâmica capitalista dos EUA. A pujança do capitalismo estadunidense e sua perspectiva de internacionalização, combinado uma ideologia universalista de livre mercado e democracia liberal, estão assentadas em suas empresas transnacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços. Assim o império informal americano provou que é capaz, mais que outros impérios na História, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas, formando um amplo conjunto de dominação e exploração mundial.

O capital e a influência política e cultural do império informal americano penetram em outras sociedades via Estados nacionais de modo a criar um consentimento ativo para a dominação estadunidense, mediado então pela legitimidade dos outros Estados e suas classes dominantes, que por sua vez incorporam o projeto do império informal. Descartada a uso da ocupação territorial direta, a ordem capitalista mundial coordenada pelos EUA se utiliza, além dos outros Estados e suas classes dominantes, regras e instituições internacionais e em último caso suas forças armadas para assegurar a acumulação de capital em todos os rincões do planeta (Panitch e Gindin, 2004). Dessa forma, a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano elimina a possibilidade de ressurgimento da rivalidade inter-imperialista. As relações econômicas com sobretudo Europa e Japão, e hoje com a China, implicou em uma integração profunda entre as potências capitalista e uma guerra mundial estaria fora de perspectiva enquanto durar o império informal. (Panitch e Gindin, 2012).

Callinicos (2009), por seu turno, alega que as concepções de Panitch e Gindin são a teoria do ultraimperialismo renovada para o século XXI e segue a tese leninista segundo a qual o imperialismo corresponde a atual fase de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Para ele, o imperialismo é uma forma específica de dominação política: unidade política que é ampla, expansionista e produz diferenças e desigualdades. O capitalismo imperialista é constituído pela intersecção de duas formas de competição: a econômica e a geopolítica. A especificidade do imperialismo estadunidense está ligada à habilidade de dominar e liderar os demais grandes Estados capitalistas sem construir um tradicional império territorial. A supremacia estadunidense operou para institucionalizar as condições gerais favoráveis para o capital estadunidense e estrangeiro. Os Estados Unidos asseguram benefícios para os demais Estados capitalistas, enquanto mantém seus próprios interesses através do controle do preço, da emissão do dólar e a direção política da OTAN.

A estratégia dos Estados Unidos baliza-se pelo alto controle do sistema financeiro internacional e pela superioridade militar, naval e espacial, e assim como o imperialismo britânico pela defesa do livre-comércio, a despeito de ser, na verdade, a abertura do mercado dos outros países sem via de mão dupla. Apesar de não exercer o controle territorial, as bases militares acabam exercendo um papel fundamental na geopolítica estadunidense. A diferença central é que os Estados Unidos dispõem de grandes corporações econômicas com produção em larga escala, que, além de garantirem elevados lucros no exterior, beneficiam-se do

amplo mercado interno e estão sempre em competição com as grandes corporações de outros Estados.

Callinicos (2009) defende que com o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos construíram uma estratégia de poder internacional, buscando aprofundar alianças com a Europa Ocidental e com o Estado japonês: a chamada tríade. Nesse sentido, a globalização seria um acordo tácito, pouco formal, entre os Estados imperialistas no mundo contemporâneo. Callinicos (2009) destaca que o exercício do poder dos Estados da tríade passou a contar com novos instrumentos - os organismos internacionais - que permitem que a dominação não seja necessariamente via intervenção militar direta e controle de territórios. A OTAN, o Conselho de Segurança da ONU, o Plano Marshall e o acordo de Bretton Woods, garantiram que os Estados Unidos liderassem esse bloco de poder, tendo aliados nas principais regiões do globo, em especial, na Europa Ocidental e no Leste Asiático. Essa aliança visava, sobretudo, conter o avanço da URSS e da China nessas respectivas regiões. No Oriente Médio, região que sempre foi palco de disputa entre as grandes potências, dada a localização geográfica e a fonte de recursos naturais, firmou-se uma relação umbilical com o Estado de Israel, que garante o equilíbrio de poder e o controle geopolítico da região.

Para ele, a existência da tríade não significa que não exista contradições internas entre esses Estados. Seguindo a ideia de Lenin de que no capitalismo, assim como as empresas de um mesmo ramo estão sempre em competição, as grandes corporações também competem entre si, por isso, os Estados dirigidos pelos interesses das suas burguesias conflitam constantemente. Para o autor também a guerra é a política por outros meios, isso quer dizer que quando se acirram os conflitos e se esgotam as possibilidades de entendimento ou persuasão o uso da força se torna um imperativo. Ele lembra que os Estados francês e alemão se opuseram à invasão do Iraque em 2003 e recusaram ajuda ao governo Bush, e em 2008 bloquearam a admissão da Ucrânia e da Geórgia à OTAN; os Estados Unidos fizeram uma campanha, em 2005, para bloquear a decisão da União Europeia de acabar com o embargo de armas imposto à China; e o FED e o Banco Central Europeu também tiveram posições opostas após a eclosão da crise financeira em 2007-2008 quando um defendeu o aumento da taxa de juros e o outro a redução. Em suma, o mundo atual não é um concerto de poder entre as grandes potências.

Considerações finais

A apresentação do debate no interior do Marxismo sobre cooperação e conflito entre Estado imperialistas nas relações internacionais demonstra não apenas uma divergência (de segundo plano) sobre os efeitos da monopolização e da financierização do capital, mas principalmente sobre as formas como a economia e política internacional são impactadas pelo fenômeno do imperialismo. As interpretações se renovam assentadas nessa divergência principal, não tanto acerca da origem do fenômeno, mas sim acerca de suas consequências. Sendo assim, parecem-nos que: a) a ideia de que conflitos especialmente entre as burguesias não ocupam centralidade; e b) outro elemento que pouco aparece nas teorias mais contemporâneas é como a análise sobre império informal ou poder incontestado dos Estados Unidos influencia a estratégia de luta política revolucionária. Lenin pensava que o imperialismo acirrava a luta de libertação nacional e o conflito entre as grandes potências poderia contribuir para que o processo revolucionário tivesse sucesso. Assim, o dirigente russo defendeu que as formações sociais periféricas teriam mais condições de avançarem em lutas de transformação radical das sociedades. Mas em função da internacionalização produtiva e financeira, nega-se a defesa da questão nacional. A luta parece ser internacional, sem identificação dos elos de transmissão e das estruturas de poder que são fundamentais no capitalismo: os Estados e as burguesias. Defendemos, portanto, o avanço de pesquisas empíricas sobre os conflitos entre classes e frações de classe, tendo em vista que a cooperação ou alianças são possíveis em determinadas conjunturas, mas não são estanques e perenes. Lembrando que cabe ao movimento socialista internacional conhecer bem o inimigo e determinar as melhores táticas de derrotá-lo.



Referências bibliográficas

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Polity Press: Cambridge, 2009.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo. TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. Porto: Portucalense Editora, 1972

_____. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *Global capitalism and American Empire. Socialist Register*. London: Merlin Press, 2004,

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. New York, London: Verso, 2012

POULANTZAS, Nicos. 1978. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, Ed., 1978.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977